

Invasões de Vila Velha têm dias contados

Vários projetos pretendem acabar com as ocupações irregulares. Em locais como a Barra do Jucu, que tem áreas da União invadidas, a resistência quanto à saída é grande.

MÔNICA LUZ

Medo e ameaças fazem parte da rotina dos moradores da Praia da Concha, bucólico recanto da Barra do Jucu. No local as pessoas falam pouco, com medo de represálias. Pedem que não sejam identificadas e em forma de desabafo lamentam a ocupação da orla, no trecho próximo ao cemitério local. Ali, 16 casas foram edificadas, algumas há mais de 20 anos, em terreno que pertence à União. Na ocupação irregular da faixa de marinha existe, inclusive, a presença de três comércios. "Já fui até ameaçado de morte por defender a retirada das casas", comentou um morador da região.

As ameaças não são feitas apenas a moradores. O secretário municipal de Meio Ambiente e Saneamento de Vila Velha, Ricardo Vereza, também foi ameaçado. "Já sofremos ameaça dos ocupantes da área". Embora o local da ocupação seja de domínio da União, a prefeitura, conforme Vereza, tem acompanhado a ação conjunta da Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU), Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Am-

biente (Seama) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para efetuar o ressarcimento de benfeitorias. A idéia é solucionar o impasse. "Há ocupações que estão ali faz muito tempo. Quem realmente mora no local, tem direito à receber pela benfeitoria, mas há casos de residências que passam a maior parte do tempo fechadas", ressaltou o secretário.

Recentemente a prefeitura encomendou uma pesquisa e ficou constatado que 80% dos moradores da Barra do Jucu são favoráveis à retirada das casas. "Atrapalha o acesso

à praia, a paisagem fica feia e os nossos imóveis se desvalorizam", comentou um outro morador.

A Associação de Meio Ambiente da Barra do Jucu (Amabarra) - que foi criada em 1991 para levar à comunidade a consciência ambiental e melhoria da qualidade de vida através de ações conjuntas com órgãos públicos, instituições privadas e comunidade - também acompanha o problema. "Nossa atuação, entretanto, se limita a repassar as denúncias aos órgãos competentes", disse um dos membros da associação, que também não quis se identificar.

Na Praia dos Recifes, que tem ocupações irregulares de barraqueiros, a Prefeitura de Vila Velha pretende, além de padronizar, diminuir o número de barracas. "São barracas de madeira, sem qualquer padrão sanitário. Vamos realizar uma ação imediata, que poderá ser concluída até o verão", garantiu Ricardo Vereza.

Itaparica

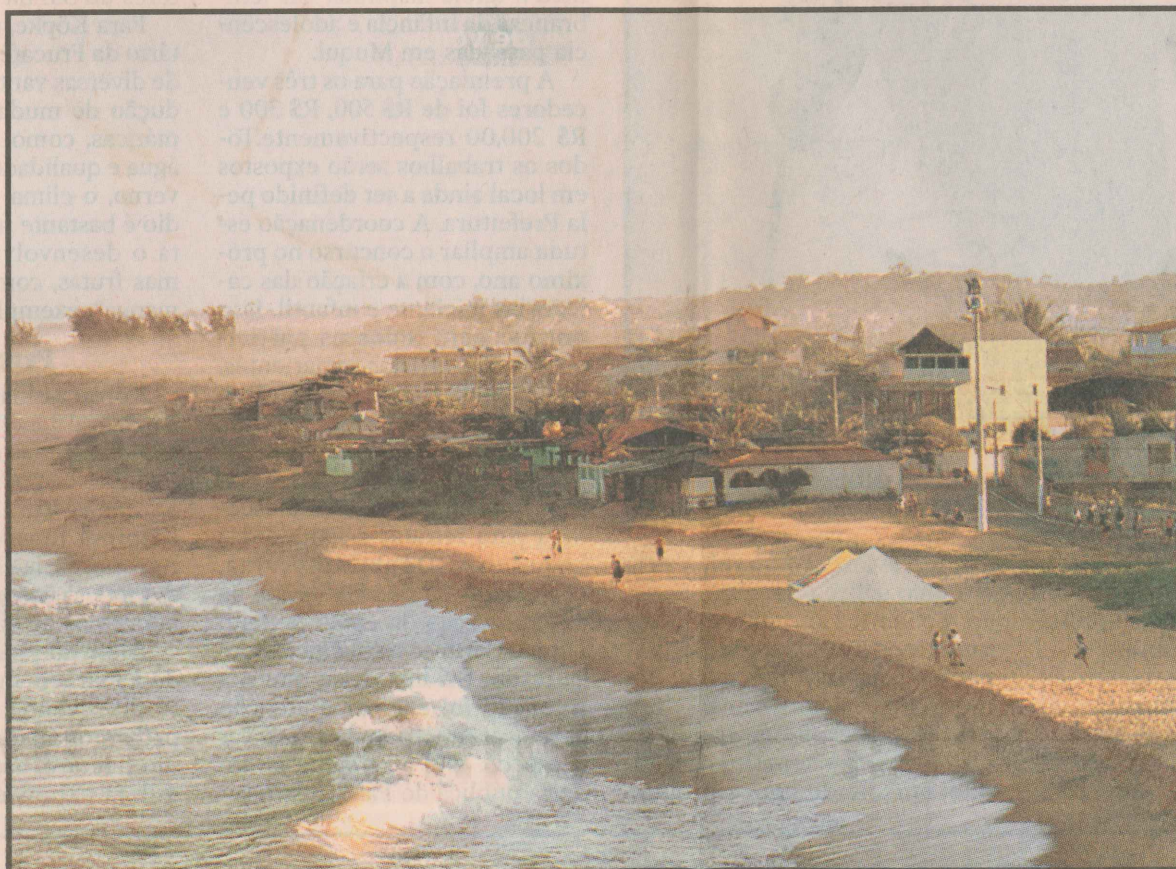
Palco de constantes críticas dos moradores, os 153 quiosques da orla de Itaparica também poderão ser retirados do local, uma vez que estão ocupando área da União. "A retira-

da, bem como uma reordenação viária, fazem parte do Projeto Orla, que está em fase de discussão do termo de referência", adiantou Vereza.

O município de Vila Velha pretende retomar todas as áreas públicas e não-edificantes (mangues, rios e canais) que hoje estão ocupadas irregularmente. Na Praia de Itapoã já estão sendo negociadas a abertura da rua Belo Horizonte, hoje ocupada em parte pelo Chalé Motel. Além disso, no final da rua Hugo Musso, perto da praia, outras casas deverão ser retiradas para melhorar o acesso viário.

A invasão em terreno do município, em Cobilândia, atrás do Ferreirão, também será reassentada. "São 52 famílias que deverão ser realojadas no loteamento Jabaeté, na Barra do Jucu. Estamos tentando captar recursos do FGTS para viabilizar o projeto", acrescentou.

Em todo o município, existem ainda, em áreas de mangues e canais, cerca de 300 moradias que deverão ser retiradas. "Somente na região de Santa Rita, existem mais de 200 casas edificadas em canais", contou o secretário.



Carlos Alberto da Silva

NA ORLA DA

Barra do Jucu, 16 casas foram construídas em área da União e estão entre as que a prefeitura quer retirar até o final do ano

Famílias vão deixar invasão do Aribiri

As 112 famílias que hoje ocupam áreas invadidas ao longo do canal de Aribiri, no bairro Dom João Batista, deverão ser remanejadas para outra área, próxima ao bairro. A retirada das famílias faz parte do projeto de urbanização e regularização

Ocupação desordenada e queimadas em reserva

A reserva estadual de Jacarenema, criada pela lei 5.427/97, vem sofrendo ocupação desordenada no entorno, queimadas constantes – alguns deles criminosos e que estão sendo apurados pela Delegacia de Crimes Ambientais – e servindo de depósito de lixo. A área é um dos últimos remanescentes de restinga, desembocadura de rio e manguezal, que há muito tempo é reivindicada como Área de Preservação Ambiental.

O diretor do Departamento de Recursos Naturais da Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento da Prefeitura de Vila Velha, Hugo Silva Cavaca, explicou que o município já está mantendo contato com a Seama para definir qual a categoria da Unidade de Conservação Municipal. “A atual administração começou a implantar a Unidade de Conservação, mas o decreto 029, de 2001, precisa ser revisto e se adequar à lei federal 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Estamos aguardando um estudo da Rodosol que vai prever o zoneamento ecológico em Jacarenema”, explicou.

A partir desse estudo é que se vai definir se a área será um parque, um monumento, dentre outras categorias. Enquanto isso, o município está

indeferindo todos os projetos particulares, referentes às áreas do entorno da reserva, que estão dando entrada na prefeitura.

O terreno da reserva, que é de propriedade da família Oliveira Santos, vai ser avaliado através de um estudo que já foi pedido pelo prefeito Max Filho. “A família já apresentou um projeto na Seama, destinando 50% da área para preservação, mas esse projeto não interessa ao município”, disse Cavaca.

Trabalho

No local, os moradores, que preferiram não se identificar, lamentam as agressões contra a reserva, especialmente na ponta voltada para o loteamento Santa Paula. “A prefeitura nunca tomou uma medida eficaz para resolver o problema”, ressaltou um dos moradores.

Para o diretor do Departamento de Recursos Naturais, realmente há muito o que se fazer. Mas algumas medidas dependem de convênios. “O corpo técnico é muito pequeno”, lamentou. Ele acrescentou ainda, que outro trabalho que vem sendo realizado é o monitoramento da extração irregular e clandestina de areia, feita em conjunto com a Seama. A retirada de areia é um dos problemas mais antigos na região.

TERRA VERMELHA

Projeto de melhorias para a região

A Prefeitura de Vila Velha está desenvolvendo estudos preliminares para a implantação do Projeto Multisetorial Integrado da Região da Grande Terra Vermelha. O projeto foi apresentado na última quinta-feira, no auditório do Titanic, no Centro de Vila Velha. Ele será apresentado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), até o final de novembro, para análise e liberação do financiamento, que pode variar de R\$ 22 a R\$ 30 milhões. O objetivo do projeto é o de realizar uma ação integrada e simultânea que prevê melhorias nos 23 bairros que formam a região. Obras físicas, territoriais, de infra-estrutura urbana, ambientais, de emprego e renda, saneamento, regularização fundiária, dentre outras. A linha de financiamento do BNDES é a mesma que custeia as obras do Projeto Terra, que é desenvolvido no município de Vitória.

A RESERVA DE

Jacarenema, na foz do rio Jucu, continua desprotegida, mas a prefeitura tem indeferido todos os projetos de ocupação do seu entorno

fundiária, previstos no programa Habitar Brasil, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). “São R\$ 6,511 milhões, dos quais R\$ 1,511 milhão é contrapartida da Prefeitura de Vila Velha”, informou o secretário de Planejamento Urbano do município, Magno Pires da Silva.

Conforme o secretário, o prazo para assinar o contrato com a instituição financeira vai até o dia 30 de novembro. “O projeto executivo já está pronto para o bairro”, garantiu. Já o projeto executivo da área de remanejamento está sendo preparado para ser entregue à Caixa Econômica Federal, agente financeiro do projeto.

Sem entrar em detalhes – uma vez que a área onde as 112 famílias possivelmente serão reassentadas ainda não foi apresentada para a comunidade interessada –, Magno Pires informou que o local tem uma área total de 30 mil metros quadrados e o projeto de reassentamento prevê a construção de casas geminadas.

“Também vamos fazer a retirada de 55 famílias que estão ocupando irregularmente áreas ao longo dos rios Marinho e Aribiri. O projeto já está sob análise da Caixa Econômica Federal. Esse projeto integra o Programa Morar Melhor, que tem recursos federais”, adiantou Magno Pires.

Na prefeitura já existem oito mil pessoas cadastradas no programa de habitação de baixa renda – Programa de Arrendamento Residencial (PAR). “Estamos trabalhando em conjunto com o Movimento de Luta por Moradia. Nosso interesse é reassentar quem está ocupando áreas públicas. E não vamos permitir novas ocupações em áreas de risco, de proteção ambiental e onde exista a previsão de projetos da prefeitura”, acrescentou Magno Pires.

Ele frisou ainda que, no bairro Jóquei de Itaparica, há a previsão de construção de 394 apartamentos. O próximo local a ser beneficiado pelo PAR deverá ser a região da Grande Terra Vermelha.